YASMIN TAVARES KAHWAGE

**A PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO
CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DA NAÇÕES UNIDAS E SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO NORMATIVO DO DIREITO INTERNACIONAL**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. Wagner Menezes

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

YASMIN TAVARES KAHWAGE

**A PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO
CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DA NAÇÕES UNIDAS E SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO NORMATIVO DO DIREITO INTERNACIONAL**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito na área de concentração Direito Internacional, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Wagner Menezes.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Kahwage, Yasmin Tavares

A PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO
CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DA NAÇÕES UNIDAS E SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NORMATIVO DO
DIREITO INTERNACIONAL / Yasmin Tavares Kahwage ; orientador
Wagner Menezes -- São Paulo, 2018.

117

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Internacional) -
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Direito Internacional. 2. Organizações Não Governamentais. 3. Conselho Econômico e
Social das Nações Unidas. I. Menezes, Wagner, orient. II. Título

Nome: KAHWAGE, Yasmin Tavares

Título: A participação das Organizações Não Governamentais no conselho econômico e social das nações unidas e sua contribuição para o desenvolvimento normativo do Direito Internacional

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Internacional

Avaliado em: _____

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Aos meus pais

RESUMO

KAHWAGE, Yasmin Tavares. A participação das Organizações Não Governamentais no conselho econômico e social da nações unidas e sua contribuição para o desenvolvimento normativo do Direito Internacional. 2018. 117 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O Direito Internacional se renova em consonância com as mudanças enfrentadas pela sociedade internacional, especialmente no período após a Segunda Guerra Mundial e com o surgimento de novas tecnologias e meios de comunicação. Através dessa perspectiva, torna-se imprescindível pesquisar sobre os novos atores das relações de Direito Internacional, mais especificamente as Organizações Não Governamentais (ONGs), e qual a contribuição das mesmas para a formação de normas e acordos internacionais a partir da participação no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), sendo este o objetivo principal da pesquisa. Para isso, utilizou-se os métodos dedutivo analisando o contexto geral transformativo do Direito Internacional contemporâneo e como o mesmo possibilitou a participação e contribuição das ONGs no ECOSOC e dialético, levando em consideração o caráter mutável do Direito e a visão sistêmica utilizada, possibilitando analisar se as Organizações Não Governamentais exercem influência sobre o Direito Internacional, de que forma isso ocorre e quais os mecanismos de participação efetivos que permitem ou não essa influência.

Palavras-chave: Direito Internacional; Organizações Não Governamentais; Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

ABSTRACT

KAHWAGE, Yasmin Tavares. The participation of non governmental organizations in united nations economic and social council and its contribution to the normative development of international law. 2018. 117 p. Dissertation (Master) - Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

The International Law renews itself accordingly with the changes faced by the international society specially after the Second World War and with the emergence of new technologies and means of communication. Through this perspective, it becomes necessary to research about the new International Law actors, more specifically the Non-Governmental Organizations (NGOs,) and what its contribution to the making of international rules taking as a parameter its participation at the United Nations Economic and Social Council (ECOSOC) are, that being the main objective of this work. With this aim, the deductive method was applied by analyzing the general transformative context of contemporary International Law and how it made possible the participation and contribution of NGOs at the ECOSOC, as well as the dialectic method, considering the mutable character of Law and the systemic view applied here, making it possible to analyze if the Non-Governmental Organizations influence International Law, in what ways that occurs and which mechanisms of participation allow or not that influence.

Keyword: International Law; Non-governmental Organizations; United Nations Economic and Social Council.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ALMA	Australian Lesbian Medical Association
AWVI	A Woman's Voice International
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
DIN	Direito Internacional
ECA	Comissão Econômica para a África
ECE	Comissão Econômica para a Europa
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
ESCAP	Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico
ESCWA	Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental
IGLHRC	International Gay and Lesbian Human Rights Commission
IGOs	Organizações Internacionais Intergovernamentais
ILGA	International Lesbian and Gay Association
INGOs	Organizações Não Governamentais Internacionais
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRI	Migrants Rights International
NGLS UN/	
UN-NGLS	Non-Governmental Liaison Service
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
RI	Relações Internacionais
UAI	União das Associações Internacionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 CONTEMPORANEIDADE: SOCIEDADE DE DIREITO INTERNACIONAL.....	15
1.1 Sociedade Internacional e seus Contornos.....	17
1.2 O Direito Internacional Contemporâneo	18
1.3 Sociedade de Redes	21
1.4 Os Efeitos da Globalização.....	24
1.5 A Pós-Modernidade e o Direito Internacional.....	27
1.6 Sujeitos e Atores no Direito Internacional Contemporâneo	29
<i>1.6.1. Sujeitos do Direito Internacional.....</i>	<i>29</i>
<i>1.6.2. Atores Transnacionais e o Direito Internacional</i>	<i>34</i>
1.6.2.1. Empresas Transnacionais	39
1.6.2.2. Redes De Ativismo	40
1.7 O Direito Internacional e sua Expansão na Contemporaneidade	42
2 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E O DIREITO INTERNACIONAL .	45
2.1 Organizações Não Governamentais: Evolução Conceitual e Histórica.....	46
2.2 Terminologias e Classificações.....	55
2.2.1. <i>Organizações Não Governamentais e as Legislações Internacionais</i>	<i>58</i>
2.2.2. <i>Organizações Não Governamentais, o “Terceiro Setor” e a “Sociedade Civil”</i>	<i>61</i>
2.3 Formas de atuação das Organizações Não Governamentais.....	70
3 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS	73
3.1 O Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC)	74
3.2 Mecanismos de Contribuição e Participação das Organizações Não Governamentais no Conselho Econômico e Social da ONU.....	77
3.2.1. <i>As Organizações Não Governamentais no Conselho Econômico e Social da ONU e a importância do Status Consultivo</i>	<i>77</i>
3.2.2. <i>Procedimento de Credenciamento para obtenção do Status Consultivo</i>	<i>80</i>
3.3 A participação efetiva das Organizações Não Governamentais na Organização das Nações Unidas e no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas: desafios e o empoderamento da sociedade civil	82

3.3.1.	<i>“Painel de Pessoas Eminentes nas Relações Nações Unidas-Sociedade Civil” ou “Relatório Cardoso”(Panel of Eminent Persons on United Nations-Civil Society Relations or Cardoso Report)</i>	82
3.3.2.	<i>Desafios e críticas</i>	86
3.3.2.1.	Desigualdade financeira e geográfica entre ONGs	87
3.3.2.2.	Dificuldades com o procedimento de obtenção do status consultivo.....	88
3.3.2.3.	Análise do pedido de status consultivo com base política e valorativa.....	89
3.3.3.	<i>Empoderamento da Sociedade Civil</i>	97
CONCLUSÃO		102
BIBLIOGRAFIA.....		105
APÊNDICE A – GRÁFICO DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS COM STATUS CONSULTIVO NO ECOSOC		116
APÊNDICE B – GRÁFICO DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS COM STATUS CONSULTIVO NO ECOSOC POR REGIÃO		117

INTRODUÇÃO

Para compreender o tema da participação das Organizações Não Governamentais (ONGs) no Direito Internacional, faz-se necessário compreender as mudanças que o Direito Internacional passou nas últimas décadas. Os Estados necessitaram intensificar as relações entre si e entre nações nos mais variados âmbitos, sendo os mais destacados o econômico, o ambiental e o dos direitos humanos, mas também entre outros participantes ou atores, como empresas transnacionais, redes de ativismo, indivíduos e ONGs, visto que esse processo é dinâmico e tem acarretado mudanças nas relações internacionais e de Direito Internacional. A participação desses atores, como será demonstrado através dos métodos especificados na metodologia da pesquisa, tornou-se necessária e indissociável do contexto internacional, ocasionando, assim, uma demanda para analisar e estudar a maneira que os mesmos contribuem para o Direito Internacional, visto que muitos dos estudos dedicados a esse tema se concentram na área de relações internacionais e ciência política.

Com base nessa realidade, opta-se por focalizar a pesquisa nas ONGs como representantes dos interesses da sociedade civil internacional, devido à sua intensa contribuição consultiva no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), contribuição essa que também é de extrema importância para o tema em questão. A partir da participação efetiva na Organização das Nações Unidas (ONU), as ONGs alcançaram um status mais elevado que não pode ser ignorado pelo Direito Internacional, cuja conjuntura pós-1945 possibilitou o fortalecimento da contribuição dos atores internacionais. Assim, é evidente que o Direito Internacional na contemporaneidade deve se adaptar à realidade que, frequentemente, evolui, com novos paradigmas estabelecidos, transformando-se e incluindo novos atores e sujeitos nesse ramo do Direito, como o indivíduo, promovendo desafios novos para o atual direito de integração.

É necessário compreender que o Direito Internacional passou por importantes transformações nas últimas décadas, desvencilhando-se, cada vez mais, do modelo clássico westfaliano, centrado nos Estados como principais sujeitos de Direito Internacional e produtores de normas internacionais, transitando por novas dinâmicas, relações internacionais e entre novos atores participantes do cenário internacional que modificam a maneira com que essas normas são desenvolvidas e aplicadas. Diante da nova conjuntura, torna-se necessário rever o papel do Direito Internacional, seus sujeitos e a forma de produção normativa no cenário internacional contemporâneo, visto que não é possível ignorar a inevitabilidade das mudanças cobradas por esses novos atores transnacionais.

Dentre os novos participantes do Direito Internacional, as ONGs possuem uma importância crescente à medida que atuam em conjunto com a sociedade internacional e com diversos órgãos internacionais, levando em consideração o contexto apresentado, tornando-se imprescindível questionar se o Direito Internacional possui apenas os Estados como únicos agentes produtores formais ou se as ONGs podem e devem também ser consideradas e se, caso positivo, qual seria a contribuição dessas Organizações Não Governamentais para a criação de normas e costumes no Direito Internacional.

A presente pesquisa é de grande importância para o Direito Internacional visto que, ainda que muito se fale sobre Organizações Não Governamentais e sobre a sociedade civil ou terceiro setor, o material específico acerca de sua contribuição normativa no Direito Internacional não é extenso como em outras áreas do conhecimento, menos ainda em se tratando de ONGs, ECOSOC e Direito Internacional especificamente, como será feito nesta pesquisa, através de dados coletados e reunião de literatura específica do tema com esse propósito particular e visão normativista.

A relevância da questão apresentada neste projeto referente às Organizações Não Governamentais se dá pelo fato de que a participação das mesmas é inegável e crescente e é necessário analisar se essa participação exerce influência sobre as relações de Direito Internacional e decisões de cortes internacionais e se contribui na criação de legislações e discussões de questões levantadas por esses atores internacionais no âmbito da ONU e do Conselho Econômico e Social como meio para atingir seus objetivos, os quais serão também abordados. É necessário, portanto, entender as origens dessa nova dinâmica do Direito Internacional e como é seu funcionamento na atualidade, através da contribuição das ONGs, para refletir sobre os rumos das normas internacionais, suas formas de criação e a participação dos atores transnacionais na produção normativa.

Além de propor esse questionamento, o presente trabalho tem por objetivo demonstrar como a participação de Organizações Não Governamentais ocorre no âmbito do Direito Internacional contemporâneo de forma crescente e significativa, especialmente no que diz respeito ao envolvimento dessas com a ONU e com o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). Visa, ainda, compreender o Direito Internacional como produto de uma sociedade mutável e que deve se adaptar às necessidades da mesma; expor o contexto contemporâneo e pós-moderno do Direito Internacional após o ano de 1945; exemplificar quais são os atores transnacionais de maior importância para o Direito Internacional contemporâneo para compreender a diversidade dos participantes do cenário internacional atual; identificar as origens das ONGs e conceituá-las, quais fatores

fundamentais possibilitaram e impulsionaram seu surgimento e disseminação e quando isso ocorreu; explicar o Sistema das Nações Unidas no que diz respeito ao ECOSOC e suas especificações; demonstrar, através de documentos oficiais, a participação das ONGs nas reuniões do Conselho e de que forma elas representam o interesse de outros atores transnacionais; apresentar, a título de exemplificação, breve levantamento de outros tratados, acordos e documentos com participação e influência de ONGs; e analisar se houve e qual a contribuição gerada pela participação das ONGs na dinâmica do Direito Internacional, a exemplo do que ocorre na ECOSOC, e na produção normativa internacional.

Para desenvolver o tema proposto, será utilizado o método dedutivo, analisando-se, inicialmente, o contexto geral transformativo do Direito Internacional contemporâneo e como o mesmo possibilitou, em uma análise mais específica, a participação e contribuição normativa das ONGs a partir da atuação das mesmas no ECOSOC. Também será utilizado o método dialético, levando em consideração o caráter mutável do Direito e a visão sistêmica utilizada. O presente estudo adotará como um de seus instrumentos de elaboração a pesquisa bibliográfica, sistematizando as teorias científicas e teses de autores, nacionais e internacionais, que formularam teorias e opiniões sobre o objeto de estudo problematizado, valendo-se do método analítico-investigativo de maneira interdisciplinar. Além desses métodos, serão utilizadas como fontes pesquisas em normas de Direito Internacional, notadamente os tratados, pactos e acordos e na jurisprudência das Cortes internacionais bem como nas Organizações Internacionais, especialmente no que diz respeito à Organização das Nações Unidas e ao Conselho Econômico e Social, através da análise de documentos disponibilizados em meio virtual oficial, sendo esses artigos, atas das reuniões e levantamento de dados e estatísticas de participação das ONGs nesse órgão. Serão usados, também, dados da Organização das Nações Unidas, incluindo relatórios de sessões, debates, publicações próprias, acordos, tratados e dados dispostos no site da mesma e em outros meios de informação. A partir disso, será feito reconhecimento e coleta de dados e informações presentes nos domínios eletrônicos da ONU, do ECOSOC e da *NGO Branch*, informando sobre aplicações para status consultivo, participação em reuniões e eventos da ONU, dentre outros.

Em se tratando de referenciais teóricos, esta dissertação tem como característica a interdisciplinaridade, devido à abrangência do tema que envolve uma transformação histórica, política e social que influencia o Direito Internacional mas que também possui vasta literatura em outras áreas do conhecimento, como as Relações Internacionais.

Ressalta-se, no entanto, que o uso de tais literaturas interdisciplinares não tem por objetivo as contrapor com posicionamentos jurídicos e com a visão adotada por esta pesquisa do Direito Internacional como um ramo sistêmico do Direito.

A utilização de obras não jurídicas visa demonstrar a intensa participação dos atores transnacionais no contexto global em momentos nos quais o Direito Internacional passava por uma gradual transformação e ainda não possuía pesquisas aprofundadas sobre o presente tema. Além disso, fica evidente que outros ramos do conhecimento, como as Relações Internacionais, a Sociologia e a Filosofia, dentre outros, influenciaram nas mudanças do Direito Internacional. O mesmo se aplica para especificar as Organizações Não Governamentais através de diversas classificações, tipos e conceitos, bem como áreas de atuação. Tal matéria é abordada não só pelo Direito, sendo importante recorrer a outras áreas. Novamente, não se objetiva contradizer nenhum posicionamento jurídico, apenas caracterizar as ONGs.

Em relação à organização estrutural do trabalho, no primeiro capítulo é exposto o contexto contemporâneo do Direito Internacional que possibilitou o envolvimento expoente de diversos participantes além dos tradicionais sujeitos de Direito Internacional, no segundo capítulo, é feita uma caracterização das Organizações Não Governamentais, através de um histórico, definições, características e classificações das mesmas. O terceiro e último capítulo trata de que formas as ONGs, conceituadas e especificadas no capítulo anterior, atuam no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC)

Ao tratar dos diversos participantes do Direito Internacional, tem-se uma visão abrangente da variedade dos mesmos, como a exemplo das empresas, redes de ativismo, dos indivíduos e das ONGs, sendo essas o foco central da pesquisa. A discussão desse tópico é essencial para compreender como essa evolução possibilitou que as ONGs pudessem adquirir uma participação ativa nas Organizações Internacionais, havendo uma crescente influência nas relações do Direito Internacional através das decisões de cortes internacionais e na necessidade de estabelecer acordos e tratados envolvendo assuntos de maior interesse para esses novos atores.

É igualmente relevante expor o sujeito de estudo da pesquisa, de forma mais classificatória e descritiva mas não menos importante, visto que essa abordagem permite maior compreensão e delimitação do objeto da pesquisa. Por isso, a necessidade de discorrer acerca do histórico de participação das ONGs na sociedade – o qual é extenso no segundo capítulo – se utiliza mais como exemplificação do que de maneira exaustiva, bem

como o histórico legislativo da participação das ONGs em órgãos e documentos internacionais. Por fim, analisa-se os mecanismos de participação das ONGs no ECOSOC e de que forma essa participação se relaciona com a atuação da sociedade civil no órgão, como resultado do contexto contemporâneo do Direito Internacional exposto no primeiro capítulo.

Pretende-se concluir (o que poderá ser refutado ou não ao longo do trabalho) que o Direito Internacional, sempre em constante mudança, transforma-se de acordo com as necessidades dos Estados, dos organismos internacionais e dos demais atores internacionais, como as ONGs. É evidente a participação e influência das Organizações Não Governamentais nesse contexto, especialmente através de sua representatividade perante a ONU e o ECOSOC e tendo como uma de suas funções defender os interesses da sociedade civil, sendo que esses não devem ser ignorados pelos legisladores de Direito Internacional.

CONCLUSÃO

A partir das diversas mudanças ocorridas na sociedade nos últimos sessenta anos, as maneiras pelas quais o Direito é produzido e aplicado também se transformaram, sendo vários os fatores que influenciam na criação das normas jurídicas surgidos nesse período de transformação, sendo um deles os diálogos com outras áreas de conhecimento e com novos participantes do sistema jurídico, como as ONGs. Não ficou evidenciado que as ONGs possuem poder normativo ou que existe um processo efetivo em que as mesmas assinam acordos ou tratados de Direito Internacional, entretanto é perceptível a influência das ONGs na produção normativa internacional devido a sua representatividade e alcance de benefícios em órgãos como a ONU, mais especificamente o ECOSOC.

As ONGs, cujo surgimento remonta de vários séculos passados, cresceram consideravelmente e seus objetos de estudo e defesa são dos mais variados e podem se encaixar no âmbito do Direito Internacional Privado ou Público. Por possuírem uma característica universal, reúnem pessoas com objetivos, valores e ideais comuns, disseminando-se com rapidez e facilidade e se tornando parte da sociedade, representando-a quando necessário, por isso o seu número é crescente, o que não significa qualidade na representatividade, mas sim que a influência é inegável e que existem mecanismos de participação das ONGs.

O primeiro capítulo dessa dissertação descreveu as mudanças ocorridas nas relações de Direito Internacional, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, com a criação das Nações Unidas e o expoente crescimento de temas de Direitos Humanos. Outro fator determinante que contribuiu para o desenvolvimento de uma sociedade de redes foi o avanço tecnológico e dos meios de comunicação bem como o chamado processo de globalização. Nesse contexto, foi possível o crescimento do número de Organizações Não Governamentais representando a sociedade civil. Através do conteúdo desse capítulo, confirma-se que a participação das ONGs no Direito Internacional contemporâneo é evidente, inegável e crescente.

Através do segundo capítulo foi exposto um panorama mais específico sobre as ONGs a partir de sua evolução histórica, visto que é perceptível o crescimento das mesmas e a abrangência de temas trabalhos por elas e seus membros, demonstrando como essas organizações podem representar os mais diversos interesses da sociedade. Além disso, apresentou-se as diversas classificações e menções às ONGs em legislações internacionais

ao longo dos anos, sendo mais uma demonstração de como sua participação se tornou cada vez mais relevante no âmbito do Direito Internacional.

Isso levou ao terceiro e último capítulo, no qual é descrita a participação das ONGs no Conselho Econômico e Social da ONU, primeiramente através da exposição das características e composição do ECOSOC e em seguida pela descrição dos mecanismos de participação das Organizações Não Governamentais no órgão da ONU, incluindo o procedimento realizado para obtenção do status consultivo e a importância do mesmo, bem como são citados os desafios e as críticas feitas a esse procedimento de obtenção do status consultivo em correspondência com a representatividade das ONGs, além da citação de casos concretos cuja participação das ONGs foi importante e evidente e da análise de relatórios do ECOSOC e de tratados e acordos internacionais, nos quais as ONGs exerceram papel de consultoria, fornecimento de informações especializadas e expuseram as necessidades de grupos da sociedade.

Foi possível, portanto, demonstrar a participação das ONGs no contexto do Direito Internacional contemporâneo e como a mesma cresce exponencialmente, além de que, com as informações contidas no primeiro capítulo, pode-se compreender o Direito Internacional como uma área em constante mudança e adaptação às necessidades da sociedade e seus participantes, incluindo as ONGs e os outros membros internacionais como empresas transnacionais e também o indivíduo. Além disso, a pesquisa possibilitou descrever as origens e evolução das ONGs bem como o ECOSOC e o procedimento para os mecanismos de participação das ONGs no órgão e na ONU, e, ainda, discorrer sobre documentos que contêm a participação das ONGs em situações concretas que necessitam da aplicação do Direito Internacional, promovendo, assim, influência nas decisões jurídicas e, especialmente, na concordância de tratados e acordos de Direito Internacional entre países membros da ONU.

Obviamente, a participação das ONGs não é isenta de problemas e críticas, mas, ao mesmo tempo em que é possível expor o que não funciona ou poderia ser melhor, tem-se a evidência de uma participação influente que não ocorria há algumas décadas, mas que promove diferenciais na atualidade. Houve, portanto, um empoderamento de diversos segmentos da sociedade civil e aumento da oportunidade de participação dos mais variados tipos de ONGs. Ainda que os fatos não proporcionem a oportunidade de confirmar as ONGs como agentes produtores de normas, há contribuições para a formulação das mesmas por parte dessas organizações.

Demonstra-se, portanto, que a participação das Organizações Não Governamentais na ONU e no sistema internacional é, de fato, crescente e de considerável relevância, especificamente no âmbito do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, além de promover mudanças em discussões sobre questões atuais e nas legislações que podem ser implementadas.

BIBLIOGRAFIA

1296 (XIV). **Arrangements for Consultation with Non-Governmental Organizations.** 23 maio 1968. Disponível em:< <http://www.un-documents.net/1296.htm> >

ABASS, Ademola. *Complete International Law*. New York: Oxford University Press, 2012.

ACCIOLY, Hildebrando. CASELLA, Paulo Borba. SILVA, G.E. do Nascimento e. **Manual de Direito Internacional Público**. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALFAIA JÚNIOR, José Roberto Gioia. **O impacto da atuação das Organizações Não Governamentais transnacionais na elaboração de políticas públicas do estado brasileiro para a Região Amazônica**. 14 mar 2008.179 pg. Dissertação de mestrado.Universidade de Brasília- Instituto de relações internacionais. Brasília, DF

ÁLVAREZ, Sonia E. Advocating Feminism: the latin american feminist ngo "boom". **International feminist journal of politics**. setembro, 1999. p.181-209

ANHEIER, Helmut. K, GLASIUS, Marlies. KALDOR, Mary. Introducing global civil society. In: Anheier, Helmut. K, Glasius, Marlies and Kaldor, Mary, (eds.) **Global Civil Society**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2001. p. 3-22.

A/RES/60/1. 2005 World Summit Outcome. Resolution adopted by the General Assembly on 16 September 2005. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/487/60/PDF/N0548760.pdf?OpenElement>>.

A/RES/60/251. Resolution adopted by the general assembly. Human rights council.72nd plenary meeting. 15 mar 2006. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/A.RES.60.251_En.pdf>.

A/57/387/Corr.1. Strengthening of the United Nations: an agenda for further change. Report of the secretary-general. Fifty-seventh session. 16 out 2002. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/643/82/PDF/N0264382.pdf?OpenElement>>.

A/58/817. We the peoples:civil society, the United Nations and global governance. Report of the Panel of Eminent Persons on United Nations–Civil Society Relations. Fifty-eighth session. Agenda item 29, strengthening of the united nations system. 11 jun 2004. Disponível em : <[http://www.unog.ch/80256EDD006B8954/\(httpAssets\)/09916F545454357BC1256F5C005D4352/\\$file/A-58-817.pdf](http://www.unog.ch/80256EDD006B8954/(httpAssets)/09916F545454357BC1256F5C005D4352/$file/A-58-817.pdf)>.

A/RES/57/300. Resolution adopted by the general assembly. Strengthening of the United Nations: an agenda for further change. Fifty-seventh session, agenda item 52. 7 fevereiro 2003. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/57/300>.

A/58. Report of the Secretary-General on the implementation of the Report of the Panel of Eminent Persons on United Nations–Civil Society Relations. Fifty-ninth session. Agenda item 55, Strengthening of the United Nations system. Disponível em: <<https://www.globalpolicy.org/images/pdfs/0904sgreport.pdf>>.

A/RES/71/1. Resolution adopted by the General Assembly on 19 September 2016. New York Declaration for Refugees and Migrants
. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/71/1>.

BARBERIS, Julio A.. **Nouvelles questions concernant la personnalité juridique internationale** / Julio A. Barberis. Recueil des cours, Volume 179 (1983-I), pp. 145-304.

BARNETT, Michael; SIKKINK, Kathryn. From international relations to global society. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan. **The oxford handbook of international relations**. Oxford:Oxford University Press, 2010. p.62-83.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. **Novos atores, governança global e o Direito Internacional ambiental**. Série Grandes Eventos – Meio Ambiente, 2001

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BECK, Ulrich, SZNAIDER, Natan. New cosmopolitanism in the social sciences. In: TURNER, Bryan S. (Ed.) **The Routledge International Handbook of Globalization Studies**. Abingdon, Oxon: Routledge, 2010. p. 635-652.

BERNSTORFF, Jochen von. **Non-State Actors in law-making and in the shaping of policy**: on the legality and legitimacy of NGO participation in international law. Study for the preparation of the Konrad-Adenauer-Foundation's. Conference on International Law 2007.

BOSTRÖM, Lisa (2011). **Controversial Issues in the NGO Committee**. Paper written for the NGO Branch of UNDESA. 2011. Disponível em: <<http://csonet.org/content/documents/ControversialIssues.pdf>>

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

BRASIL. Decreto nº 1.570 de 13 de abril de 1937. Promulga as Convenções sobre direitos e deveres dos Estados e sobre Asilo político, assinadas em Montevideo a 26 de dezembro de 1933, por ocasião da Sétima Conferencia internacional americana. Rio de Janeiro, 13 abr 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D1570.htm>.

BRASIL. Lei nº 9.307 de 23 de setembro de 1996. Dispõe sobre arbitragem. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9307.htm>.

BROUDER, Alan. NOWROT, Karsten. TIETJE, Christian. Brouder. (eds.). Philip C. **Jessup's Transnational Law Revisited**: On the occasion of the 50th Anniversary of its Publication. Essays in Transnational Economic Law, n.50, February, 2006, Halle (Saale).

BRÜHL, Tanja; RITTBERGER, Volker. From international to global governance: acts, collective decision-making, and the United Nations in the world of twenty-first century. In:

Global governance and the united nations system. RITTBERGER, Volker (Ed.) United Nations University Press: New York, 2001.

BUCKLEY, Terry. **Aspects of greek history 750-323 BC:** a source-based approach. Londres e New York: Routledge, 1996.p. 141-157.

BURLEY, Anne-Marie Slaughter. International law and international relations theory: a dual agenda. In: **American Journal of International Law**, v. 87, 1993, p. 205-239.

CAMARGO, Sônia de. Governança global: utopia, desafio ou armadilha? In: **Governança Global** - Reorganização da política em todos os níveis de ação. Fundação Konrad - Adenauer - Stiftung. Representação no Brasil, Centro de Estudos. São Paulo: 1999

CAMDESSUS, Michel. **Organisations internationales et mondialisation** : conférence prononcée à l'Académie de droit international de La Haye, le 2 juillet 2002. par Michel Camdessus. Recueil des cours, Volume 294 (2002) , pp. 9-38.

CARRILLO-SALCEDO, Juan-Antonio. **Droit international et souveraineté des états** : cours général de droit international public / par Juan-Antonio Carrillo-Salcedo. Recueil des cours, Volume 257 (1996) , pp. 35-221.

Carta da Organização dos Estados Americanos. Disponível em:<https://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm>.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU , 1945. Disponível em: <<http://www.un.org/en/charter-united-nations/>>

CASELLA, P. B., **Fundamentos do Direito Internacional pós-moderno.** São Paulo : Quartier Latin, 2008.

CASELLA, Paulo Borba. Fundamentos e perspectiva do Direito Internacional pós-moderno. In: **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.** v. 101. jan/dez 2006. p.433-466.

CASSESE, A.. **Modern constitutions and international law** / by A. Cassese. Recueil des cours, Volume 192 (1985-III) , pp. 331-476.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** Vol. I. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, M. CARDOSO, G. (Org.). **A Sociedade em Rede:** do conhecimento à ação política. Conferência promovida pelo presidente da república. Belém (Por) : Imprensa Nacional, 2005. p. 17-31. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf>.

CHALOULT, Yves. BRUNELLE, Dorval. Transnacionalização das práticas sindicais: quadro teórico analítico. In: ALMEIDA, Paulo Roberto. CHALOULT, Yves. (Org.). **Mercosul, NAFTA e ALCA:** a dimensão social.São Paulo: LTr, 1999

CHANDLER, David. **Constructing global civil society:** morality and power in International Relations. New York: Palgrave, 2004.

CLARKE, Joe Sandler. MOORHEAD, Joanna. **Big NGOs prepare to move south, but will it make a difference?**. 16 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2015/nov/16/big-ngos-africa-amnesty-oxfam-actionaid>> . Acesso em 10 fev. 2016.

Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição. Ottawa, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3128.htm>

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>

CORRY, Olaf. Defining and theorizing the third sector. In: Taylor, Rupert ed. **Third Sector Research**. London, UK and New York, USA: Springer, 2010. p. 11–20

CP/RES. 840 (1361/03), **Strategies for Increasing and Strengthening Participation by Civil Society Organizations in OAS Activities**. 26 mar 2003. Disponível em<<http://www.oas.org/council/resolutions/res840.asp>>

CP/RES. 864 (1413/04), **Specific Fund to Support the Participation of Civil Society Organizations in OAS Activities and in the Summits of the Americas Process**. 27 abr 2004. Disponível em:<<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un-dpadm/unpan042303.pdf>>.

CREASE, Robert P. **A medida do mundo**: a busca por um sistema universal de pesos e medidas. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

D'AMICO, Francine. LGBT and (Dis)United nations: sexual and gender minorities, international, and UN politics. In: PICQ, Manuela Lavinas. THIEL, Markus. (Ed.) **Sexualities in world politics**: how LGBTQ claims shape international relations. Routledge: New York and London, 2015.

DAVIES, Thomas. **NGOs**: a new history of transnational civil society. New York e UK: Oxford University Press, 2014.

Declaração e Programa de Ação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social. Copenhagen, 1995. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Confer%C3%A2ncias-de-C%C3%BApula-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-sobre-Direitos-Humanos/declaracao-e-programa-de-acao-da-cupula-mundial-sobre-desenvolvimento-social.html>>

Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. Pequim, 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>

Declaração de Nuevo León. Cumbre Extraordinaria de las Américas. Jan, 2004. Disponível em:<<http://www.summit-americas.org/SpecialSummit/Declarations/Declaration%20of%20Nuevo%20Leon-final-port.pdf>>.

DECLARAÇÃO DO RIO, AGENDA 21, CNUMAD, 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>.

DEMIR, Mehmet. **Special summit on refugee crisis on september 19th 2016 NGO engagement**: a review. 5 dez 2016.

DIAS, Reinaldo. Um tema emergente nas Relações Internacionais: A paradiplomacia nascidades e municípios. in: **Revista Âmbito Jurídico**, No 76, ago. 2010.

DUPUY, Pierre-Marie. **L'unité de l'ordre juridique international** : cours général de droit international public (2000). Recueil des cours, Volume 297 (2002) , pp. 9-489.

Dupuy, René-Jean. **Communauté internationale et disparités de développement** : cours général de droit international public / par René-Jean Dupuy. Recueil des cours, Volume 165 (1979-IV) , pp. 9-232.

E/5715/Rev.2. Rules of Procedure of the economic and social council. United Nations: New York, 1992.

E/RES/1996/31, **Consultative Relationship between the United Nations and Non-Governmental Organizations**. 25 jul 1996. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ecosoc/res/1996/eres1996-31.htm>>

E/2005/32 (Part II). Report of the committee on non-governmental organizations on its resumed 2005 session. Draft decision II. United Nations, Economic and Social Council. Resumed sessions of 2005. New York, 5-20 may 2005. Disponível em: <<http://esango.un.org/paperless/reports/2005%20resumed.pdf>>.

E/2008/32 (Part I). Report of the Committee on Non-governmental Organizations on its 2008 regular session. New York, 21-30 Janeiro 2008. p.40. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/2008/32\(PartI\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/2008/32(PartI))>.

E/2010/32 (Parte II). Report of the Committee on non-governmental organizations on its 2010 resumed session. New York, 26 maio-4 junho e 18 junho 2010.p.43-46. Disponível em: <[http://undocs.org/E/2010/32\(PARTII\)](http://undocs.org/E/2010/32(PARTII))>.

E/2010/32 (Part I). Report of the committee on non-governmental organizations on its 2010 regular session. New York, 25 janeiro - 3 fevereiro 2010. Disponível em: <[http://undocs.org/E/2010/32\(PARTI\)](http://undocs.org/E/2010/32(PARTI))>.

E/2009/32 (Part I). Report of the committee on non-governmental organizations on its 2009 regular session. New York, 19-28 janeiro e 2 fevereiro 2009.p.9-19 Disponível em: <[http://undocs.org/E/2009/32\(PARTI\)](http://undocs.org/E/2009/32(PARTI))>.

E/2013/32. Report of the committee on non-governmental organizations on its 2013 resumed session. New York, 20-29 maio e 7 junho 2013. p.33-35. Disponível em: <[http://undocs.org/E/2013/32\(PartII\)](http://undocs.org/E/2013/32(PartII))>.

ECOSOC Resolution 2008/4. Measures to improve the quadrennial reporting procedures.37th plenary meeting, 21 July 2008. Disponível em: <<https://www.un.org/ecosoc/sites/www.un.org.ecosoc/files/documents/2008/resolution-2008-4.pdf>>

ECOSOC. Resolution 334 B (XI).1950. Disponível em < <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/NR0/759/56/IMG/NR075956.pdf?OpenElement>>

European Convention on the Recognition of the Legal Personality of International Non-Governmental Organisations. Strasbourg, 24.IV.1986. Disponível em <<https://rm.coe.int/168007a67c>>.

Explanatory Report to the European Convention on the Recognition of the Legal Personality of International Non-Governmental Organisations . Strasbourg, 24.IV.1986. Disponível em: <<https://rm.coe.int/16800ca439>>.

FELDMANN, David. **International personality** / by David Feldmann. Recueil des cours, Volume 191 (1985-II), pp. 343-414.

Final Act of the Congress of Vienna. 1815. Disponível em: <http://www.hlrn.org/img/documents/final_congress_viennageneral_treaty1815.pdf>.

FITZMAURICE, Malgosia A.. **International protection of the environment.** Malgosia A. Fitzmaurice. Recueil des cours, Volume 293 (2001), pp. 9-488.

FRIEDMANN, Wolfgang. **The Changing Structure of International Law.** New York: Columbia University Press, 1964.

FUCHS, Doris; KALFAGIANNI, Agni; SATTELBERGER, Julia. Democratic Legitimacy of Transnational Corporations in Global Governance. In: ERMAN, Eva; UHLIN, Anders(Ed.). **Legitimacy Beyond State?:** Re-examining the democratic credentials of transnational actors

Fundamental Principles on the Status of Non-Governmental Organisations in Europe and Explanatory Memorandum, Council of Europe, May 2003 (adopted at multilateral meetings held in Strasbourg from 19 to 20 November 2001, 20 to 22 March 2002 and 5 July 2002. Disponível em: < <http://www.osce.org/odihr/37858>>

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo: Editora Unesp, 1991

Guidelines for the Participation of Civil Society Organizations in OAS Activities. CP/RES. 759 (1217/99). 15 dez 1999. Disponível em:<<http://www.oas.org/council/resolutions/res759.asp>>.

HÄBERLE, Peter. **Estado constitucional cooperativo.** Trad. de Marcos Maliska e Elisete Antoniuk. Rio de Janeiro: Renovar, 2007

HARRELD, Donald J. **A companion to the Hanseatic League.** Boston: Leiden, 2015.

HERZ, Mônica. HOFFMANN, Andrea Ribeiro. TABAK, Jana. **Organizações internacionais: história e práticas.** Rio de Janeiro: Campus, 2015.

HOBBS, Thomas. **Leviatã.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION. **Fragmentation of international law:** difficulties arising from the diversification and expansion of international law., Fifty-eighth session (1 May – 9 June and 3 July – 11 August 2006). Geneva: United Nations, 2006. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CN.4/L.702>.

JESSUP, Philip. **Transnational Law**. New Have: Yale University Press, 1956.

KANJI, Nazneen. LEWIS, David. **Non-Government Organizations and Development**. New York: Routledge, 2009.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Tradução Marco Zingano. Porto Alegre: L&PM, 2008

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics**. New York: Cornell University Press, 1998.

KLOR, Adriana Dreyzin. Derechos humanos, derecho internacional privado y activismo judicial. in: **Agenda Internacional**, Año XIX, N° 30, 2012

KOPELMANAS, Lazare. **L'application du droit national aux sociétés multinationales** / par Lazare Kopelmanas. Recueil des cours, Volume 150 (1976-II), pp. 295-336.

LACHS, Manfred. **The development and general trends of international law in our time** / Manfred Lachs. Recueil des cours, Volume 169 (1980-IV) , pp. 9-377

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Letter to the Secretary General About NGLS. International NGO Task Group on Legal and Institutional Matters (INTGLIM). 25 outubro 2004. Disponível em: <<https://www.globalpolicy.org/component/content/article/226/32338.html>>

LEWIS, David. Non-governmental organizations and civil society In: Riaz, Ali and Rahman, Mohammad Sajjadur , (eds.) **Routledge handbook of contemporary Bangladesh**. London: Routledge, 2015

LINDBLOM, Anna-Karin. **Non Governmental Organisations in International Law**. New York: Cambridge Press, 2005.

LINDE, Robyn. **A seat at the table: international LGBTQ Rights at the united nations**. E-International Relations. 26 jun 2015. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/2015/06/26/a-seat-at-the-table-international-lgbtq-rights-at-the-united-nations/>>.

LUHMANN, Niklas. **Sistemas sociais: Lineamientos para uma teoria general**. trad. Silvia Pappe y Brunhilde Erker. Barcelona : Anthropos, 1998.

Manual for civil society participation in OAS activities. Department of International Affairs, Organization of American States. Washington, DC. Disponível em: <http://www.oas.org/en/ser/dia/civil_society/docs/Manual_SC_Participation_EN.pdf>

MATTOS, Adherbal Meira. **Direito Internacional público**. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002

MARTENS, Jens. PAUL, James. **Comments on the report of the cardoso panel**. Agosto 2004. Disponível em: <<https://www.globalpolicy.org/images/pdfs/08gpf.pdf>>.

MELLO, Marcelo Pereira de. **A perspectiva sistêmica na sociologia do direito**: Luhmann e Teubner. Tempo soc., São Paulo, v. 18, n. 1, p. 351-373, June 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000100018&lng=en&nrm=iso>.

MENEZES, Fabiano L. de. Um olhar crítico da nova ordem mundial de Slaughter.. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. **Proceedings online...** Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000200004&lng=en&nrm=abn>.

MENEZES, Wagner. O Direito Internacional contemporâneo e a teoria da transnormatividade. In DIREITO, Carlos Alberto Menezes. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. PEREIRA, Antônio Celso Alves (organizadores). **Novas Perspectivas do Direito Internacional Contemporâneo**: estudos em homenagem ao Professor Celso D. de Albuquerque Mello. Renovar, Rio de Janeiro, 2008, p. 961-1004.

MENEZES, Wagner. **Ordem global e transnormatividade**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

MENEZES, Wagner. **Tribunais Internacionais**: jurisdição e competência. São Paulo: Saraiva, 2013

MERON, Theodor. **International law in the age of human rights**: general course on public international law. Recueil des cours, Volume 301. Leiden/Boston: Martinus Nijhoff, 2004.

Nações Unidas. Resolução A/RES/55/2. Declaração do Milênio. Cimeira do Milênio. Nova York, 6-8 set. 2000. Disponível em: <<https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>.

NADER, Lucia. O papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU. In: **Sur, Rev. int. direitos human.**, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 6-25, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452007000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 maio 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (org.). CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

ONU. **Trabalhando com o ECOSOC**: Guia para ONGs como obter o status consultivo. Organização das Nações Unidas: Nova York, 2012.

OPERTTI BADAN, Didier. Reflexiones sobre un tema esencial: derecho internacional privado y derechos humanos. in: **Derecho Internacional Privado y derecho de la integración** - Libro homenaje a Roberto Ruiz Díaz Labrano. Asunción: CEDEP, 2013

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Trabalhar com o ECOSOC**: Um guia sobre o estatuto consultivo destinado às ONGs. Nações Unidas: Nova Iorque, 2011.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2013

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**. Bahia: Jus Podvim, 2009.

RAMOS, André de Carvalho. **Processo Internacional de Direitos Humanos**: análises dos sistemas de apuração de violações de direitos humanos e implementação das decisões no Brasil. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

RANJEVA, Raymond. **Les organisations non gouvernementales et la mise en oeuvre du droit international** / Raymond Ranjeva. Recueil des cours, Volume 270 (1997) , pp. 9-105.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional público**: curso elementar. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2014

RISSE, Thomas. Transnational actors and world politics. In: CARLSNAES, Walter;

RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (Eds.). **Handbook of international relations**. Londres: Sage, 2002. p.255-274

ROSENAU, James N. Governança, ordem e transformação na política mundial. In:

ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (orgs.). **Governança sem governo**: ordem e transformação na política mundial. Tradução: Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000

ROY, Arundhati. A resistência sob o risco da "ONGuização". In: **Le Monde Diplomatique**. Edição brasileira, ano 5, nº 57. Disponível em: <http://www.diplo.com.br/fechado/materia.php?id=1004>>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: **A globalização e as ciências sociais** (org.) 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002

SASSEN, Saskia. **A Sociology of Globalization**. New York: W.W. Norton & Company, 2007

SIKKINK Kathryn; RISSE, Thomas; ROPP, Stephen C. **The persistent power of human rights**: from commitment to compliance. UK: Cambridge University Press, 2013.

SILVA, Mariana de Barros e. **Paradiplomacia no Brasil**. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/ilassa/2007/barros.pdf>>.

SLAUGHTER, Anne-Marie. International Law and International Relations Theory: Twenty Years Later. In: DUNOFF, Jeffrey L.; POLLACK, Mark A. (Orgs.). **Interdisciplinary Perspectives on International Law and International relations**: The State of the Art. New York: Cambridge University Press, 2013. p. 613-625.

SLAUGHTER, Anne-Marie. Sovereignty and Power in a Networked World Order. In: **40 Stanford Journal of International Law**, 2004. p. 283-327.

Statement to Panel of Eminent Persons. Global Policy Forum. Novembro 2003.

Disponível em:

<<https://www.globalpolicy.org/component/content/article/226/32339.html>>.

TARROW, Sidney. **The new transnational activism.** UK: Cambridge University Press, 2005.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **International law for humankind** : towards a new jus gentium (I) : general course on public international law. Recueil des cours, Volume 316 (2005). p. 9-439

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Memorial em prol de uma nova mentalidade quanto à proteção dos direitos humanos nos planos internacional e nacional. In:

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **O Direito Internacional em um mundo em transformação.** Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

TUSSIE, Diana; RIGGIROZZI, Maria Pia. Pressing ahead with new procedures for old machinery: Global governance and civil society. In: RITTBERGER, Volk (Ed.) **Global governane and the united nations system.** New York: United Nations University Press, 2001.p.158-180.

UHLIN, Anders. Democratic Legitimacy of Transnational Actors: Mapping Out the Conceptual Terrain. In: Erman, Eva and Anders Uhlin (Org.). **Legitimacy Beyond the State?:** Re-examining the Democratic Credentials of Transnational Actors. London: Palgrave Macmillan, 2010.

UIA. **Civil Society Glossary**, 2004. Disponível em < <https://www.uia.org/cs-glossary>>

VIRALLY, Michel. **Panorama du droit international contemporain** : cours général de droit international public / par Michel Virally. Recueil des cours, Volume 183 (1983-V) , pp. 9-382.

UN-NGLS. **Policy brief #5.** Recommendations on global governance for the UN General Assembly Open Working Group on Sustainable Development Goals (OWG on SDGs). Dezembro 2003. Disponível em: <https://www.un-ngls.org/images/UN-NGLS_Policy_Brief_for_OWG_on_SDGs-Global_Governance-Dec_2013.pdf>.

UN-NGLS. Advancing Regional Recommendations on the post-2015 Development Agenda: a consultation with civil society. Conducted by the UN Non-governmental liaison service for the UN secretary-general, the general assembly, and the open working group on sustainable development goals. Setembro 2013. Disponível em: <https://www.un-ngls.org/IMG/pdf/UN-NGLS_Post-2015_Regional_Consultation_September_2013.pdf>.

Vienna Declaration and Programme of Action Adopted by the World Conference on Human Rights in Vienna on 25 June 1993. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/vienna.pdf>>.

WILLETTS, Peter. Transnational actors and international organizations in global politics. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve. (Ed.) **Source The Globalization of World Politics** : an Introduction to International Relations. Oxford: Oxford University Press, 2008.P. 330-347.

WOLFF, Stefan. "Paradiplomacy: scope, opportunities and challenges". *in: The Bologna Central Journal of International Affairs*, Italy, v. 10, 2007. Disponível em: <<http://www.stefanwolff.com/publications/paradiplomacy>> .

ZETTLER, Angela. **NGO participation at the united nations**: barriers and solutions. 2009. Disponível em: <<http://csonet.org/content/documents/BarriersSolutions.pdf>>

**APÊNDICE A – GRÁFICO DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
COM STATUS CONSULTIVO NO ECOSOC**

Dados numéricos disponíveis em:

<<http://esango.un.org/civilsociety/displayConsultativeStatusSearch.do?method=search>> .

**APÊNDICE B – GRÁFICO DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
COM STATUS CONSULTIVO NO ECOSOC POR REGIÃO**

Dados numéricos disponíveis em:

<<http://esango.un.org/civilsociety/displayConsultativeStatusSearch.do?method=search>>